

Bancos devem aderir ao acordo até agosto

por Paulo Sotero
de Washington

As autoridades brasileiras e o comitê de bancos não esperam que a adesão dos setecentos bancos credores do Brasil ao novo acordo de renegociação parcial da dívida externa seja completada antes de meados de agosto. Ao anunciarem o acordo, no domingo passado, em Nova York, as duas partes informaram que sua assinatura deveria ocorrer no "começo de junho".

No telex que o comitê de bancos começou a enviar aos credores na última sexta-feira, a pedido do governo brasileiro, pede-se, contudo, que eles prorroguem interinamente os vencimentos da dívida de médio prazo que ocorrerem até o dia 15 de agosto e, "em lugar de extensões formais, continuem a man-

ter os créditos das linhas interbancárias e comerciais" em seus níveis atuais.

O pedido de prorrogação até o dia 15, segundo fontes bancárias ouvidas por este jornal, explica-se pela previsão de que, embora a assinatura do acordo possa ocorrer no início de junho, levará algum tempo para que todos os credores manifestem a adesão. Quanto ao tempo, dependerá em boa parte da apresentação que o presidente do banco Central, Fernão Bracher, fará aos representantes do Bancos, em São José, Costa Rica, na próxima terça-feira, num evento paralelo à reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Na última segunda-feira, o comitê de bancos enviou aos credores do País, a pedido do governo brasileiro, um telex

encorajando-os a mandar representantes a São José. "Bracher sabe que terá de responder a muitas perguntas, sobretudo dos bancos que foram afetados pela liquidação extrajudicial de Comind, Auxiliar e Maissonave", disse uma fonte de um banco de Nova York a este jornal. "É natural que haja também muitas perguntas sobre as recentes medidas econômicas tomadas pelo governo", acrescentou o banqueiro, "mas eu diria que, no que se refere à adesão ao novo acordo, o tratamento aos empréstimos de 63 será o argumento principal para os bancos que se sentem prejudicados".

Os termos detalhados da proposta de renegociação, como, por exemplo, a redução do "spread" (taxa de risco) sobre os vencimentos de 1985 e 1986, estão contidos numa pequena bro-

chura que foi enviada aos bancos por correio especial. Apesar das eventuais dificuldades para convencer alguns bancos recalcitrantes, o presidente do comitê de bancos credores, William R. Rhodes, pare-

cia otimista, na última segunda-feira. Presente a um almoço promovido pela Brazilian American Chamber of Commerce, de Nova York, Rhodes entregou uma cópia da proposta ao embaixador do Brasil em

Washington, Sérgio Correia da Costa, dizendo esperar que "possamos começar a assinar num par de meses". O contrato torna-se tecnicamente efetivo com a adesão de 90% dos credores.